

A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO SOB A PERSPECTIVA DO GRUPO MARIAS DO BRASIL¹

Lorena da Silva Nunes²

RESUMO

Este texto tem por finalidade retratar parte da vida das empregadas domésticas e a importância do teatro para a categoria, assim sendo possível abordar sobre a forte segregação sócio histórica que assola a trabalhadora doméstica. Por conta disso, é de extrema importância discorrer e compreender como ocorre esse processo social de hierarquias e de qual forma ele pode influenciar na divisão de classe, raça e desigualdades em geral. Para, além disso, traz a atuação do teatro como uma fonte de fortalecimento a luta por reconhecimento e valorização dessa profissão e de quem a exerce. O teatro aqui apresentado vem de forma simples e humana alcançar várias mulheres em especial as que sofrem com baixa autoestima, baixa escolaridade, além da desinformação sobre os seus direitos. Busco traçar linhas que englobem os pontos citados às empregadas domésticas no Brasil, assim realizo meu trabalho com base nas informações trazidas pelo coletivo de empregadas domésticas “Marias do Brasil” que fazem parte do Teatro do Oprimido, e buscam conscientizar, informar e instruir profissionais sobre seus direitos.

Palavras-chave: Empregadas domésticas - Aspectos sociais - Brasil. Marias do Brasil (Peça teatral). Mulheres no teatro - Brasil. Teatro - Aspectos antropológicos - Brasil.

ABSTRACT

This text aims to portray the life of maids and the importance of theater for the category, so it is possible to address the strong socio-historical segregation that plagues the domestic worker. Because of this, it is extremely important to discuss and understand how this social process occurs and how it can influence the division of class, race and inequalities in general. In addition to theater, there is a need to strengthen feminism that represents women, who in turn suffer from low self-esteem, harassment, low education, and misinformation about their rights. I seek to draw lines that encompass the points mentioned to maids in Brazil, so I do my work based on the information brought by the collective of maids “Marias do Brasil” that are part of the Theater of the Oppressed, and seek to raise awareness, inform and instruct professionals about Your rights.

Keywords: Maids - Social aspects - Brazil. Marias do Brasil (Theater play). Theater - Anthropological aspects - Brazil. Women in theater - Brazil.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno.

² Bacharelanda em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

*Maria, acorda Maria!
 Ta na hora de lavar, passar
 Se aprontar. O galo já cantou, o sol raiou mais um dia começou
 Põe a mesa do café, logo, logo os patrões já estão de pé.
 Maria acordou, lavou o rosto se ajeitou.
 Nem café tomou, foi passar o terno do doutor,
 enquanto passava mentalmente calculava
 - Preciso colocar a roupa para quorar a comida aprontar
 tudo isso antes da casa limpar
 E lá se vai Maria, o horário ultrapassou, mas expediente acabou
 Agora a segunda jornada vai começar
 Cuidar dos filhos, sua casinha arrumar tudo isso para na manhã seguinte a rotina
 recomeçar.
 (Lorena da Silva Nunes)*

Este artigo tem o intuito de interligar as relações de vivências cotidianas das empregadas domésticas brasileiras sob a ótica artística do grupo “Marias do Brasil”. Por meio de uma pesquisa de cunho qualitativo, exponho as relações de poder, a subjugação dessas mulheres e a forma encontrada pelas mesmas para resistir a este sistema de base patriarcal, escravagista e capitalista.

2 TRAJETORIA LEGISLATIVA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Entende-se por empregada(o) doméstica(o), aquela/ aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas por mais de dois dias por semana, conforme dispõe lei 5.859/72 (SILVA, 2015). O trabalho doméstico no Brasil teve sua origem no período da escravidão, era exercida por crianças, homens e mulheres. Tinham extensas jornadas de trabalho, não menos que 18 horas por dia, recebendo em troca apenas uma cama para poucas horas de descanso e restos de comida do patrão. Não era permitido folgas e muito menos adoecer.

Durante muito tempo nesta época, exercer essa profissão era motivo de vergonha e desonra, portanto não era realizado por pessoas de pele branca. Era um período em que não havia existência a qualquer menção à dignidade, direitos e garantias constitucionais para os escravizados, o que permitia trabalho forçado, ilimitado e sem qualquer perspectiva de melhores condições de vida para quem o exercia. A primeira diretriz contemplando o serviço doméstico surgiu em 1830, ela tratava de contratos escritos sobre “prestação de serviços feitos por

brasileiros ou estrangeiros dentro ou fora do império” (SILVA, 2015). Essa diretriz foi publicada pelo então Imperador Constitucional D. Pedro I. Ela não contemplava os direitos dos prestadores dos serviços, pois foi criada de forma que beneficiasse apenas os empregadores.

Transcorridos 58 anos daquela diretriz, foi aprovada a tão famosa Lei Áurea, que extinguiu a prática da exploração da mão- de - obra escrava no Brasil. A escravidão foi abolida, mas o trabalhador doméstico continuou sem qualquer regulamentação de suas atividades estando à mercê de abusos³ por parte de seus empregadores. Assim, em 1916, o Código Civil disciplinou contratos trabalhistas ligados à locação de serviços dos empregados, inclusive domésticos. Somente em 30 de julho de 1923 o então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Arthur da Silva Bernardes aprova o decreto nº 16.107, tal ordenamento visa dentre outros assuntos os direitos e deveres para e quando se contrata os serviços de quem os presta, trazendo dispositivos que visavam atender as necessidades e interesses desses trabalhadores.

Em 27 de fevereiro de 1941, na “Era Vargas” e com a publicação do Decreto nº 3.078 ficou definido de maneira simples o conceito de empregada doméstica e regulamentado a contratação desses serviços. Dois anos depois surgiu a Consolidação das Leis (CLT), que abrangia várias categorias profissionais, mas não contemplava os direitos das empregadas domésticas.

Somente em 1972, com o então presidente Médici, as empregadas domésticas começaram a ganhar alguns direitos como os benefícios/ serviços da previdência social, férias anuais com adicional de um terço, auxílio doença e aposentadoria por invalidez. Outro importante avanço foi o decreto aprovado por José Sarney que regulamentava a lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985 que institui o vale transporte.

Em 2013 aconteceu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, conhecida como “PEC das domésticas” que alterou o art. 7º da Constituição Federal, visando igualar os direitos dos trabalhadores domésticos, urbanos e rurais. Assim, foi garantida a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, e assegurados direitos como seguro-desemprego, FGTS, salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável, adicional noturno, proteção do salário, salário-família, jornada de trabalho de 08 horas diárias e 44 horas semanais, hora extras, redução dos riscos inerentes ao trabalho, auxílio-creche, reconhecimento de Acordos e Convenções Coletivos de Trabalho, seguro contra acidentes de trabalho, proibição

³ Físicos, sexuais, psicológicos.

de discriminação, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para pessoas menores de 18 anos.

Todo avanço obtido ao longo do tempo não diminui o olhar preconceituoso em relação a este trabalho, por consequência ocasiona a marginalização dessa profissão e de quem a exerce. A ausência de atenção para ver nelas uma pessoa igual aos patrões, seguida de uma falta de empatia e representatividade, ocasiona uma série de abusos implícito e/ou explícito. Quantas vezes não se pode verificar as empregadas tendo que acompanhar seus patrões nos passeios com os filhos destes ou até mesmo aos supermercados sem o direito a ter hora extra. Uma eminente divisão e negação aos seus direitos, contudo, se ousamos olhar de forma mais humana para tal situação recebemos a resposta de que as domésticas são como “pessoas da família”. Todavia, não passa de um mecanismo de opressões, dada por meio de uma possível afetividade que aprisiona e suga essas pessoas. Essas ações apenas evidenciam e reafirmam o que Fernando Braga da Costa expõe em seu livro *Homens invisíveis: Relatos de uma humilhação social*:

A ideologia interessa à classe dominante. Através dela, a realidade da dominação e exploração não pode ser compreendida como violência; assim sendo, a dominação e a exploração podem adquirir legitimidade. O fato de o trabalhador não recusar a segregação de funções, a baixa remuneração, os serviços degradantes, deve-se, sobretudo, à nefasta informação da ideologia; informações que cancelam verdadeiros motivos históricos e forjam motivos apaziguadores pelos quais uma classe inteira de homens está a alimentar servilmente uma outra (COSTA, 2004, p. 125).

Segundo Costa (2004), o desrespeito existente na sociedade é a perpetuação de um sofrimento ancestral que se reflete na contemporaneidade daí a necessidade de haver uma ferramenta que alcance estas realidades, ter pessoas que estudem e debatam a respeito da construção do paradigma de gênero, racismo e todos os outros fatores somatórios que levam a subordinação, desrespeito e marginalização.

3 GÊNERO, PATRIARCADO E MERCADO DE TRABALHO

A formação dos pilares das sociedades é construída por mecanismos que por ora tem intuito de dar características a certos indivíduos e/ou limitar espaços. Em relação ao gênero é possível notar que a constituição do sistema de sociedade instituído desde as décadas mais antigas se apoia na ideia do valor biológico cientificamente falando, a definição do ser homem e ser mulher estão carregados de características, determinações e estereótipos. Em consequência disto, é possível analisar a figura da mulher sempre posta em papel subalterno em relação ao

homem, assim, a hierarquização atua como sistema de imposição e de moldura a indivíduos, que por sua vez não são só afetados moralmente, mas também no desenvolvimento profissional e pessoal.

A imposição de estereótipos está estritamente ligada ao patriarcado, já que a válvula usada servia para privilegiar homens e diminuir ou até extinguir a figura da mulher. Segundo Drumont (1980, p. 81), “o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

A dominação da figura da mulher pode ser expressada de diversas formas, como por exemplo, instituir que homens são os detentores de poder e soberania enquanto as mulheres ocupam o lugar de vulnerabilidade e fragilidade, assim como é possível notar os moldes de comportamento que são predefinidos a partir do sexo. Nesse sentido, a mulher pode ser direcionada a ter atos singelos, sentar ou se expressar de certa forma, assim como o homem pode ser direcionado a se comportar com postura forte, viril e jamais ter a liberdade de chorar.

Papéis seriam, basicamente padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (Louro 1997; 28).

A partir de moldes machistas podemos perceber como estes podem influenciar na sociedade, com a valorização dos fatores biológicos instituídos para homens e mulheres, perpetuou-se a ideia de superioridade e subalternização. Desta forma, o homem exerce o poder, assim essa designação pode ser refletida na formação familiar, no Brasil baseada nos moldes do patriarcado, fator que determina espaços para todos os indivíduos e promove a desigualdade entre os gêneros.

Em decorrência da desigualdade é possível perceber que mulheres sofrem imposições, uma das principais é a “necessidade” de constituírem casamento com o sexo oposto, transparecendo que o papel da mulher estaria estritamente ligado a servir a um homem, ter filhos, zelar por eles e pela base familiar, somente. É válido lembrar que além do processo de invisibilidade de mulheres há fatores que podem torna-las cada vez mais vulneráveis ao sistema machista, como por exemplo: uma mulher negra, pobre, é mais exposta a toda opressão da sociedade e isso se dá por conta do colonialismo que tinha como função efetuar segregação, extinção de vidas e perpetuação de interesses individuais e coletivos dos colonizadores. “As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a

explicação dessa subordinação na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres” (SCOTT, 1995, pp. 77).

O patriarcado tem como característica a divisão sexual do trabalho conjuntamente com a segregação social, neste sentido mulheres sofrem limitação e estão concentradas no mundo doméstico, enquanto homens atuam na construção e crescimento relacionado ao mundo público. Nitidamente, o papel masculino tem influência e força expressa e concedida pelo patriarcado, ou seja, são os “donos da decisão”.

Apesar do surgimento do patriarcado anteceder o capitalismo, este atua como mecanismo de força e perpetuação do domínio do homem sobre a sociedade, conseqüentemente os papéis sexuais são expressados no mercado de trabalho promovendo a limitação e invisibilidade de mulheres.

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente — tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito "natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças (LOURO, 2003, p.65).

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um problema mundial, a pouca valorização a mulher é frequente e isso é um fator que dificulta e inviabiliza mulheres a ocuparem cargos e funções que majoritariamente são ocupadas por homens, assim assegurar condições de igualdade se torna cada vez mais difícil, logo todo e qualquer processo articulado por feministas não está apenas ligado à resolução das disparidades financeiras e de condições, mas também a luta social e política visando assegurar direitos e uma possível equidade entre os gêneros.

“Os estereótipos referentes às mulheres negras representam as distinções de gênero codificadas pelo racismo através de diferentes discursos, e a sua historicidade é passível de ser apreendida pela investigação” (PONS, 2014, p.975).

A estereotipação da figura da mulher é existente desde o colonialismo aos tempos atuais, com isso Lélia Gonzáles traz três estigmas que demonstram objetificação da mulher negra e a reduz a subalternidade, nesse sentido podemos partir da observação da figura da mulher incluída em “categorias”. Desta forma, há o enquadramento da mulher negra como mulata, a empregada doméstica e a mãe preta, analisando a partir das predefinições, toda e qualquer mulher negra estaria incluídas nesses enquadramentos, mesmo que vivendo realidades econômicas distintas.

Ainda segundo definições da autora, a “mulata” e a “doméstica” são termos derivados da definição de mucama, aquela subordinada a cumprir tarefas domésticas, auxiliar e acompanhar os “patrões”, além de executar o trabalho materno. Além dessa perspectiva, a figura da mulher negra foi e ainda é ligada ao corpo, aos prazeres sexuais, as aparências físicas e atribuições que toda “mulata” por razões colonialistas deve ter. Não menos importante, a “mãe preta” é vista sob o estereótipo produzido pela sociedade branca e de classe média, fadada a ter características como: passividade, resignação e aceitação a todas as formas de opressão instituídas desde a formação do Brasil, essa imposição de características têm função de silenciamento e perpetuação de estigmas.

Quanto ao trabalho doméstico, definições já instituídas e que tem por incentivo reduzir e subordinar mulheres negras ainda se perpetuam, podendo assim ser evidenciado pelos índices de violência moral e sexual acometidas as mulheres negras que executam funções domésticas no âmbito familiar.

Segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos anos de 2015 e 2016, em geral, as mulheres trabalham 18,1 horas por semana em afazeres domésticos e eles, 10,5 horas por semana. A presença feminina maior nas funções domésticas é um reflexo da desigualdade em relação ao gênero, é possível também notar que mesmo aquelas que ocupam cargos semelhantes aos ocupados por homens e com as mesmas atribuições, ainda assim, há a disparidade entre os salários, a mulher está sujeita a um salário inferior mesmo tendo capacidade suficiente para desempenhar as funções.

4 O TEATRO COMO FERRAMENTA DE LUTA

A arte é uma grande ferramenta para informar, instruir e aumenta a autoestima. Augusto Boal⁴, juntamente com o grupo a qual coordenava deu vida a um lindo projeto, O Centro de teatro do oprimido (CTO) que teve seu início em 1986.

Ao retornar do exílio, Boal trouxe consigo seu projeto de teatro popular a pedido do então secretário de educação do Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro. Durante anos o grupo foi formado por cinco pessoas (Valéria Moreira, Luiz Vaz, Licko Turle, Silvia Balestreri e

⁴ Dramaturgo, PHD em Engenharia Química. Diretor e Autor teatral, nascido no subúrbio da Penha Rio de Janeiro atuou como diretor no Rio de Janeiro no teatro Arena com peças “*Ratos e Homens*”, “*Eles Não Usam Black-Tie*” entre outras.

Claudete Souza, esta Coordenadora do grupo Marias do Brasil) que se reuniam no teatro Glauce Rocha.

As oficinas do teatro eram ofertadas em cursos de curta duração a todos aqueles que tinham interesse, visto que não existiam pré-requisitos para que houvesse a participação. Era posto um cartaz no térreo para que houvesse divulgação, muitos transeuntes iam por curiosidade ou para procurar ajuda. Subiam até a sala e diziam: “Estou me sentindo oprimido por diversos fatores, gostaria de participar para ver se eu consigo melhorar” (SOUZA, 2016).

O teatro pode e deve ser usado como uma ferramenta de cura e luta. Um instrumento de denúncia e desabafo, através do mesmo é possível colocar-se no lugar do outro, expressar suas emoções sem amarras, descolonizar corpo e mente. Ouso dizer que o teatro ensina a viver e nos proporciona a liberdade. “Cada pessoa tem sua personalidade formada pelos padrões sociais, familiares, religiosos. Mas todos temos diversos personagens habitando em nós” (Souza, 2016, pg. 16)

Boal idealizou esse trabalho com o intuito de transformar o espectador, que assume uma forma passiva diante do teatro aristotélico, em sujeito atuante, transformador da ação. Permitindo que o sujeito entre em cena (nos palcos ou na vida real) e contribua com a luta. A estrutura do Teatro do Oprimido está organizada em diferentes formas/técnicas de ações dramáticas (SOUZA 2016).

O teatro jornal – Forma desenvolvida por Boal no teatro Arena em São Paulo, esta técnica permite que se transforme qualquer notícia de jornal, ou qualquer outro material sem propósito dramático, em cenas ou ações teatrais.

O Teatro imagem – Promove debates por imagens e cenas construídas por pessoas do grupo, essas cenas podem ser feitas em movimento ou paradas seguidas de sons ou palavras. O objetivo dessa ação é promover a desmecanização do corpo e da mente.

O Teatro invisível – Uma cena é montada e ensaiada para ser apresentada de forma inesperada no local onde ocorre o suposto conflito proposto, isso possibilita a participação de maneira espontânea do público que se sensibiliza com a proposta.

O Teatro Terapia Arco íris do Desejo – É voltado para pessoa que internaliza seus sentimentos e opressores ou seja de forma inconsciente há a incorporação de certos padrões e sentimentos que oprimem essas pessoas, levando-as assim a ter um opressor interno. Há a montagem de dinâmicas com técnicas terapêuticas e teatrais que auxiliam estas pessoas a se expressarem, contribuindo para ganho de confiança das mesmas para que elas consigam reconhecer e lidar com cada questão opressora interna.

O Teatro Legislativo – Traz a proposta de os próprios telespectadores escreverem leis que visem solucionar o problema apresentado na intervenção dramática, logo após o recolhimento dessas propostas de leis, algum especialista no tema encenado as entrega para um assessor e um advogado com experiência na área eles analisam e sistematizam cada proposta e encaminha outra vez a plateia para que ocorra a votação ao final da apresentação.

O Teatro Fórum – Os participantes do grupo contam histórias de sua própria vida, e de forma consensual começa a montagem da peça, o mesmo propõe a intervenção direta do público com os atores que estão contracenando. A ideia é que algum telespectador se disponha a entrar em cena no lugar do oprimido e combata a opressão apresentada.

A estética do oprimido – Última pesquisa elaborada por Boal juntamente com a equipe do CTO resultante em um conjunto de propostas práticas e teóricas que visava expandir os horizontes de cada integrante do grupo para além dos palcos e de cada papel representado, promover o desenvolvimento social e estimular um olhar mais humano, além de exercitar a criatividade de cada um utilizando de três elementos importantes: sons, imagens e palavras.

O teatro fórum será o foco da discussão aqui apresentada, porque trás a ideia de uma proposta da pergunta que deve ser respondida pelo público, permitindo que de maneira experiencial eles percebam como ocorre o processo de opressão e subalternização no momento da ação.

A originalidade deste método e deste sistema consiste, principalmente, em três grandes transgressões: 1- Cai o muro entre o palco e a plateia: todos podem usar o poder da cena; 2 - Cai o muro entre o espetáculo teatral e a vida real: aquele é uma etapa propedêutica desta; 3 - Cai o muro entre artistas e não artistas: somos todos gente, somos humanos, artistas de todas as artes, todos podemos pensar por meios sensíveis – arte e cultura (BOAL, 2009, p. 106).

O grupo de teatro chamado de “Marias do Brasil”, que é formado por empregadas domésticas, faz parte da vertente do teatro fórum e mostra a importância de se dar visibilidade às questões das trabalhadoras domésticas e de fornecer às mesmas conhecimento acerca de seus direitos legais. Um trabalho muito desvalorizado que, mesmo com as evoluções legislativas concedendo direitos a estas trabalhadoras, ainda é possível perceber o não cumprimento real dessas leis ou a busca de subterfúgios pelos patrões visando burla-las. Isto então serve como indicativo da necessidade de dar visibilidade a este tema.

Segundo Souza (2016) o grupo “Marias do Brasil” nasceu em 1998 quando uma escola do subúrbio do Rio de Janeiro convidou o grupo Centro de Teatro do Oprimido (CTO) para aplicar oficinas em salas de alfabetização noturna, estas oficinas eram voltadas para empregadas

domésticas que, com a responsabilidade de um trabalho sem carga horária pré-definida e tendo a dupla jornada de trabalho por serem mulheres, tendo a responsabilidade de, além de trabalhar fora para manter a casa, realizarem o trabalho doméstico em casa após o expediente, não possuíam tempo para estudar, ou mesmo para estudar em outro horário.

Tendo isto em vista, o grupo viu a necessidade de organizar sua agenda de encontros de acordo com a disponibilidade integrantes do grupo como se verificou na fala da entrevistada Maria Izabel, Curinga⁵ do grupo, a entrevista⁶ ocorreu de forma virtual através de mensagens trocadas por email e whatsapp:

“Nos encontramos uma vez por semana, ou duas vezes no mês, e também depende muito da necessidade do grupo. No Centro de Teatro do Oprimido (Lapa - RJ), onde o grupo foi criado, ou no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas”

O nome do grupo foi definido de maneira espontânea, a maioria chamava-se Maria e vinham de diferentes lugares do Brasil, situação coincidente que se tornou incentivo para a escolha e preservação do nome. A partir disto, foram instauradas as metas e objetivos a serem alcançados pelo grupo. Os encontros são divididos em duas partes, sendo a primeira uma roda de conversa, onde acontecem diálogos leves, regados a lanches, sucos e cafés, sobre as coisas que aconteceram durante a semana de cada uma delas. Na segunda parte são realizados jogos de acordo com a necessidade do grupo, se estiverem agitadas e dispersas são ministrados jogos calmos e tranquilizantes com o intuito de aquietá-las, e se estiverem calmas os jogos serão com intuito de animá-las. Após a escolha de uma história de vida vinda das mesmas elas utilizam-se dos jogos para a criação dos personagens, treino da argumentação, concentração, e etc. Dona Maria Izabel conta que adquiriu muitas experiências participando do grupo, além de sentir-se atriz, tornou-se militante:

Senti-me atriz, pois nunca tinha imaginado atuar um dia. Como o criador do método Augusto Boal dizia :Todos nós Somos atores e atrizes, em cada lugar que estamos , representamos um PERSONAGEM. Ser militante também, quando entrei para o teatro do Oprimido ,eu não tinha idéia que era Teatro Político.

Para ela, o grupo representa muito mais do que apenas apresentar é conhecimento e a certeza da conquista de um espaço que a tanto tempo é lhe foi negado:

“Conhecimento, informações e poder estar onde eu nunca imaginei estar. Sentir a sensação de como seria atuar. Adorei e estou até hoje.”

⁵ Diretor (a) artístico (a) e responsável por intermediar a interação entre o público e os atores da peça.

⁶ 07 de Agosto de 2019, Rio de Janeiro- RJ

Durante a montagem da apresentação, há a sensibilidade de captar os sentimentos reprimidos destas mulheres, estimulando-as através da expressão corporal, tratando de seu corpo, alma e mente, visando a valorização da autoestima e confiança delas, propiciando a libertação de amarras impostas por um conjunto de construções sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso de leitura, escrita e construção do artigo, pude perceber de maneira ainda mais nítida todos os fatores que levam a permanência de um padrão opressor que aflige a nós, mulheres negras e periféricas. Contudo pude notar também, através do grupo Marias do Brasil, a quebra desse ciclo que a todo tempo insiste em nos colocar a margem da sociedade e nos desumanizar, por vezes nos enxergando apenas como um objeto a ser estudado, mas não com o intuito de quebrar os famigerados padrões prefixados, mas apenas expor de modo clichê as mazelas sofridas pelas comunidades negras. O grupo representa força, contemplação e reforça a voz a todas as mulheres pertencentes à classe de trabalhadoras domésticas, mulheres negras injustiçadas as quais, como herança do sistema escravagista, lhes foi relegado o papel como o de mucamas

Segundo Lélia Gonzalez (1983, p.225) “O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações” (apud, CARDOZO 2014, p.966).

Por fim, saliento a importância de movimentos artísticos e culturais semelhantes ao Marias dos Brasil como forma do exercício da resistência negra perante a sociedade brasileira de modo a impulsionar o processo de reparação histórica no que tange ao acesso a referências negras nos âmbitos sociais, políticos, artístico e principalmente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. Origem do Trabalho Doméstico no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.meuadvogado.com.br/entenda/origem-do-trabalho-domestico-no-brasil.html>. Acesso em: 23. jul. 2019

BOAL, Augusto. Estética do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

COSTA; Fernando Braga da. Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004

LOURO, Guacira Lopes Gênero, sexualidade e educação. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista /: Vozes, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, n. 20(2):71-100, 1995

SOUZA, Claudete Felix Teatro do oprimido e grupo Marias do Brasil: Arte e Lei na transformação social. UFRJ-2016.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>. Acesso em: 22. jul. 2019

<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/15859.html> Acesso em: 23.jul.2019

<https://jus.com.br/artigos/40811/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150-15>. Acesso em 20. jul.2019

Lei de 13 de setembro de 1830. Regula o contracto por escripto sobre prestação de serviços feitos por Brasileiro ou estrangeiro dentro ou fóra do Imperio. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html. Acesso em: 22. jul. 2019